



11.ª Reunião (ordinária) da Assembleia de Freguesia do Lumiar quadriénio 2021-2025

Moção __/2023

25 Novembro Garantiu a Democracia

A alteração do regime político que se verificou em 25 de abril de 1974, foi consequência de um Golpe de Estado protagonizado por militares do quadro e posteriormente apoiado pela população.

Após esta data e durante um largo período do ano de 1974, o país atravessou muitas dificuldades, elevada agitação social, instabilidade económica e ainda atropelos de toda a ordem, nomeadamente em termos de segurança individual, porque grassava a anarquia e a legalidade foi por diversas vezes quebrada.

Tudo ou quase tudo era posto em causa principalmente a intervenção militar que se iniciou em 1961 para defesa da integridade territorial das nossas Províncias Ultramarinas que, de acordo com a Constituição de 1933, era território indivisível de Portugal. Os militares revoltosos pretendiam acabar com a mesma o mais rapidamente possível - *“Nem mais um soldado para as colónias”* - dizia-se na altura.

Paralelamente a partir de Agosto de 1974, milhares de concidadãos portugueses começaram a chegar a Portugal Continental, vindos das colónias, com receio do que pudesse vir a acontecer, nomeadamente com a mais do que previsível independência das mesmas, iniciada em 1973 pela autoproclamação da independência da Guiné Bissau.

Pese embora todas estas convulsões, os resultados da primeira eleição livre para a Assembleia Constituinte em 25 de Abril de 1975, com mais de 90% de participação da população (a maior de sempre), foram uma enorme decepção para todos os partidos de esquerda (marxistas-leninistas, maoistas, trotskistas) que no seu conjunto obtiveram pouco mais de 17% dos votos dos eleitores. A maioria dos eleitores, cerca de 77%, votou nos outros partidos, considerados mais moderados.

O radicalismo desta esquerda derrotada, a partir desse momento, acentuou-se de tal forma que se começaram a ouvir pelo País ameaças de morte, instigando-se a combater os *“inimigos da Revolução”* mesmo todos aqueles que não sendo contra, também não eram a favor.

O partido comunista português sustentado pelos seus militares enfileirados, que pertenciam ao Movimento das Forças Armadas (MFA), tudo fizeram para impor no país, um regime ditatorial.

Esta situação foi tão grave que o comandante do Comando Operacional do Continente (COPCON) Major Otelo Saraiva de Carvalho assinou em branco, milhares de mandatos de captura. Foi o livre arbítrio das prisões.



Este mesmo Major, uns anos mais tarde foi preso e condenado a uma pena de prisão no Processo FP25 – por ser o mandante de uma organização criminosa e terrorista.

O “*poder popular*” estava na rua.

O MFA, num documento que instruía as instituições militares a atuarem, quis e conseguiu assumir-se como organização política, reservando-se o direito de promover a “catequização” política da população por todo o País.

Os partidos políticos moderados da altura, como o PS de Mário Soares repudiaram sem reservas o documento, no que foi acompanhado pelo PPD e pelo CDS.

Na sequência do caos que se tinha instalado no país para que não fosse aprovada na Assembleia da República a nova Constituição, no dia 12 de novembro de 1975, uma tentativa de tomar o poder pela força, nomeadamente pelo Partido Comunista Português, que na altura, conjuntamente com operários da Construção Civil, sequestraram o 1º Ministro Pinheiro de Azevedo e os deputados na Assembleia da República.

A 25 de Novembro de 1975, nova tentativa de Golpe de Estado protagonizado mais uma vez pelos partidos de extrema esquerda, nomeadamente o Partido da União Democrática Popular, o Movimento Democrático Português e o Partido Revolucionário do Proletariado / Brigadas Revolucionárias, uma organização considerada terrorista, mas sobretudo coordenado pelo Partido Comunista que tinha um grupo organizado nas forças armadas e junto dos militares de baixa patente apelidada de SUV (soldados unidos vencerão), que suscitou a reação do então presidente da República Costa Gomes que decretou o Estado de Sítio na Região Militar de Lisboa.

Surgiu então uma contraofensiva conduzida pelo, então, Coronel Ramalho Eanes, que montou um posto de comando dentro da unidade de comandos da Amadora e liderou toda a operação. Verificaram-se algumas escaramuças graves, chegou-se mesmo ao confronto directo, sendo que, em frente ao Regimento de Cavalaria 7 em Lisboa, a Polícia Militar do lado dos *sublevados* matou dois militares Comandos, o Tenente Coimbra e o Furriel Pires.

Apesar deste acto vergonhoso, a determinação e coragem do Regimento de Comandos da Amadora, sob o comando operacional do Coronel Jaime Neves, “*impediram mais uma tentativa de golpe da facção radical das Forças Armadas e que resultou também no fim do Processo Revolucionário em Curso (PREC)*”.

Zita Seabra, à data dirigente comunista e líder da UEC (União dos Estudantes Comunistas), no seu livro "Foi Assim", relançado 16 anos depois da primeira edição, relata na primeira pessoa os bastidores da luta do PCP contra o Estado Novo, as histórias da clandestinidade, a personalidade de Álvaro Cunhal, a preparação da revolução, os planos para implementar a ditadura do proletariado e explica o que aconteceu nesta data entre outros episódios importantes deste longo trajeto de luta pela liberdade. (https://youtu.be/xZuPBFixD_E?si=nmrvb4l1q2_1rYrBD)

Mário Soares descreveu este livro como "um testemunho verdadeiro e impressionante".

Hoje e sempre devemos a estes homens, firmes, corajosos e patriotas, o nosso regime democrático.



Este facto pouco ou nada está presente no currículo escolar – a única menção ao mesmo é feita num único recurso do “estudo em casa” da disciplina de história - <https://estudoemcasaapoia.dge.mec.pt/recurso/memorias-do-25-de-novembro-de-1975> - (<https://youtu.be/RsnablNf9Ks>) com base na informação da fundação Mário Soares.

A importância desta data é praticamente desconhecida da maior parte da população. À exceção de algumas intervenções na Assembleia da República, esta data não tem sido lembrada pelos órgãos de soberania nacional. Valha-nos este ano como exemplo a iniciativa da CML. Assim, merecia ser lembrado de outra forma, consentânea com a sua importância, pelo que esta Assembleia de Freguesia, reunida a 21 de Dezembro de 2023, delibera:

- 1 - Saudar o 25 de Novembro de 1975, como data que constitui um símbolo da liberdade e da democracia, que garantiu a opção pelo percurso democrático de Portugal, salvando o nosso País de uma ditadura de extrema-esquerda;
- 2 – Comemorar esta data com uma cerimónia oficial na freguesia do Lumiar (caso a mesma não tenha lugar na CML), a partir do próximo ano de 2024;
- 3 – Propor à Assembleia da República na pessoa do seu Presidente a Comemoração Oficial no hemiciclo / Casa da Democracia do País à semelhança de outras datas de igual importância para os destinos da nação;
- 4 - Enviar a presente Moção:
 - ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e respetivos vereadores;
 - à Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa para distribuição pelos grupos dos partidos eleitos na Assembleia Municipal;
 - aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República;
 - à Associação de Comandos;
 - ao Regimento de Comandos.

Lisboa, 21 de Dezembro de 2023

O proponente

João Condesso
Partido Chega